

AS TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Viviane Almeida Rezende¹
Aline Lima de Oliveira²
Débora Evangelista Reis Oliveira³

1

O trabalho com Educação Ambiental na escola deve propiciar a construção de uma consciência global das questões relativas ao meio ambiente e do modo como os educandos assumem novas posturas referentes à sua proteção e sustentabilidade. Para tal, faz-se necessário que as instituições de ensino reavaliem suas práticas educativas a fim de efetivarem em suas ações a Educação Ambiental. Neste sentido, o presente trabalho visa contribuir para uma reflexão sobre as tendências pedagógicas e suas influências sobre as práticas de Educação Ambiental nas escolas. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, baseada na análise de conteúdo, um método de tratamento e análise de informações. Ao analisar as diferentes concepções de cada tendência pedagógica (liberal e progressista), percebeu-se a necessidade da escola em romper com as práticas liberais tradicionais que há tempos vêm sendo difundidas nas instituições de ensino e que não vêm compreendendo e nem contribuindo para a implementação da Educação Ambiental. Além disso, é importante que a formação do educador também seja repensada, pois apesar do discurso apontando para novas tendências, tais como as progressistas, que vêm reformulando o papel da escola e da aprendizagem, o que se observa são as velhas práticas tradicionais que ainda se mantêm nas escolas. Sendo assim, para atuar de forma crítica e interdisciplinar, tal como deve ser o trabalho com a Educação Ambiental, é imprescindível a incorporação de novos olhares, sugeridos pelas novas tendências pedagógicas de cunho progressista, que promovem maior dinamismo na escola, resultando em uma efetiva e crítica análise da realidade, planejando ações de mudança social e ambiental. No entanto, para que seja dada a devida importância para a dimensão ambiental na educação formal, é preciso que ela seja inserida nos currículos das escolas e universidades. Assim, se efetivará a socialização ambiental, pautada em princípios da Educação Ambiental e da cidadania, resultando em sociedades mais sensíveis, revelando o quanto é importante o papel da escola nesse tipo de sensibilização.

Palavras-chave: educação ambiental, meio ambiente, tendências pedagógicas.

¹Especialista em Educação Ambiental; Licenciada em Ciências Biológicas; Professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE - UFS); Projeto Sala Verde na UFS; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Biologia de Sergipe (GEPEB-SE); viviane_biologia@yahoo.com.br

²Graduando em Ciências Biológicas Licenciatura, Universidade Federal de Sergipe; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE - UFS); Projeto Sala Verde na UFS.

³Mestra em Ensino de Ciências e Matemática; Professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE - UFS); Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Biologia de Sergipe (GEPEB-SE)

INTRODUÇÃO

A formação da cultura e da história da humanidade esteve combinada com a história natural e o desenvolvimento dos grupos humanos deu-se através da transformação do meio. Nas décadas recentes, portanto, tem-se testemunhado o caráter problemático que reveste a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Virnier (1994 apud Lima, 1999), analisando a crise ambiental e seus impasses, sugere um conjunto de caminhos que, articulados, podem gerar respostas aos problemas ambientais. Esses caminhos apontam para: o estabelecimento de normas e princípios legais; os estímulos econômicos e fiscais; a mobilização dos cidadãos, da opinião pública e associações civis; a *educação para o meio ambiente*; a contribuição da pesquisa científica; a iniciativa dos organismos internacionais e coordenação das políticas públicas favoráveis à qualidade e a defesa da vida.

É interessante observar uma forte tendência em reconhecer o processo educativo como uma possibilidade de provocar mudanças e alterar o atual quadro de degradação do ambiente com o qual deparamos. Para Lima (1999), a opção de articular a educação e meio ambiente se deve a uma série de motivos associados. Aponta, em primeiro lugar,

a importância da educação enquanto instrumento privilegiado de humanização, socialização e direcionamento social. Está claro que, como toda prática social, ela guarda em si as possibilidades extremas de promover a liberdade ou a opressão, de transformar ou conservar a ordem socialmente estabelecida. Nesse sentido, embora não seja o único agente possível de mudança social, é um dentre outros processos onde essa potencialidade se apresenta. (Lima 1999 p. 26)

A educação não deve ser entendida como um processo que é capaz de resolver todos os problemas sociais, entretanto, não dá para pensar e exercitar a mudança social sem a integração com a dimensão educacional.

Em primeira análise é necessário localizar a escola no contexto histórico. Segundo Mochcovitch (2001), a maioria dos estudiosos dos problemas educacionais que seguem a orientação marxista têm afirmado que à escola está reservada a função de reproduzir desigualdades sociais, na medida em que contribui para a reprodução da ideologia das classes dominantes. Alguns chegaram a admitir que a escola é imprescindível para a reprodução do sistema capitalista.

Embora a crença de que a escola contribua para a disseminação da ideologia das classes dominantes, segundo o pensador marxista Antonio Gramsci, ela cumpre também o papel de instituição que, dentro de certas condições, pode trazer um esclarecimento

que contribui para a elevação cultural das massas, levando os indivíduos das mais diferentes classes sociais, a uma condição de conhecimento dos seus direitos e deveres em uma sociedade moderna. É a possibilidade das classes subalternas, em posse dos códigos das classes dominantes, transmitidos por uma escola eficiente, de saber agir contra a ordem dominante. Para Mochcovitch (2001) diz que só uma escola autenticamente *formativa* pode proporcionar o acesso a essa cultura:

3

[...] uma escola em que seja dada à criança a possibilidade de formar-se, de tornar-se um homem, de adquirir os critérios gerais que sirvam ao desenvolvimento do caráter. (...) Uma escola que não hipoteque o futuro da criança e constanja a sua vontade, sua inteligência, sua consciência em formação a mover-se dentro de uma bitola. (...) Uma escola de liberdade e de livre iniciativa e não uma escola de escravidão e mecanicidade. (Gramsci, 1958 apud Mochcovitch 2001 p. 57)

Fazendo uma análise das idéias de Gramsci, é possível perceber a força que a escola tem em gerar as transformações na sociedade. Sabe-se que isso não é tarefa fácil, pois implica em um rompimento com uma série de padrões.

A mesma função formativa da escola, apontada por Gramsci, é também abordada por Penteadó (2003, p. 52), quando afirma que

“informação e vivência participativa são dois recursos importantes do processo de ensino-aprendizado voltado para o desenvolvimento da cidadania e da consciência ambiental. É importante entender que, além das informações, a escola deve estar atenta à maneira como elas são adquiridas e é isso que vai levar à formação pretendida. O desenvolvimento da cidadania e da consciência ambiental deve estar presente na escola que passa de *informativa* para *formativa*”.

Diante desse contexto, torna-se importante as reflexões sobre o papel da escola na implementação de uma educação voltada para o meio ambiente. A escola constitui um espaço extremamente privilegiado para o desenvolvimento da Educação Ambiental, possibilitando a realização de inúmeros estudos na área, promovendo a organização de projetos que envolvam escola e comunidade, no sentido de minimizar os problemas ambientais. A Educação Ambiental é um processo que amplia o foco do sistema educacional para relacionar as ações culturais com o ambiente, ou seja, um processo que insere a vida em seu amplo contexto à rotina educativa.

Segundo Guimarães (2004), a Educação Ambiental é uma prática que só agora começa a ser introduzida de modo organizado e oficial no sistema escolar brasileiro. Isso não quer dizer que alguns temas relacionados à questão ambiental já não estivessem presentes, de alguma forma, no corpo pragmático das disciplinas. Certamente elas estavam, porém, não organizados sob um recorte abrangente e

globalizante, o que vem se configurando desde os anos 60/70, por força de um conjunto de movimentos em defesa do meio ambiente que, sem dúvida, logrou sensibilizar parcelas significativas da sociedade e suas respectivas instituições para a questão ambiental.

Para Guimarães (2004), o enfoque da dimensão ambiental na educação é de grande importância, pois “sendo ela participativa, comunitária, criativa e ativa, transforma hábitos e conhecimentos, criando uma nova ética, sensibilizadora e conscientizadora para as relações integradas ser humano/sociedade/natureza”. A Educação Ambiental é, portanto, uma educação crítica da realidade vivenciada, formadora da cidadania.

4

A Educação Ambiental no Ensino Formal

O ensino/aprendizagem da Educação Ambiental tornou-se obrigatório com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental, para todos os níveis e modalidades de ensino. Mas iniciativas de Educação Ambiental no ensino formal datam da década de 50, ainda que muito isoladas. De lá pra cá, aparecerem projetos de EA nas escolas. A Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – foi um estopim para o aumento de iniciativas desse tipo, que se multiplicaram.

Além disso, embora as críticas sobre a inclusão do tema “meio ambiente” como um dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, MEC, 1997) a implementação como política pública pelo Ministério da Educação e do Desporto do Programa Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola (Brasil, MEC, 2001), e as recomendações do texto da Lei nº 9795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental) leva a refletir sobre os desafios da Educação Escolar no processo de incorporação da dimensão ambiental (Guimarães, 2000) e, com ela, da Educação Ambiental, nos currículos do Ensino Fundamental e Médio e nas Universidades.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e aturem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, como o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceito, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos.

Analisando o texto dos PCN's, pode-se perceber a relevância que a Educação Ambiental tem dentro de espaço escolar e que ela deve ser enfocada levando em consideração a formação de indivíduos que vejam a realidade, que a compreendam e tenham a capacidade para criticá-la, que se preocupem com o destino coletivo e saibam se posicionar diante dos desafios do mundo.

Mas é fato que nem o reconhecimento da necessidade nem a obrigatoriedade da lei são suficientes para garantir a existência da EA na escola, muito menos sua qualidade. Grün (1996), Penteado (1994) e Reigota (1994) entre outros, concordam que subsiste o predomínio de uma perspectiva biológica nas propostas de educação para o ambiente e alertam para os prejuízos desse reducionismo. Analisando essa inclinação, Grün pondera que “ao confinar a educação ambiental quase exclusivamente ao ensino de biologia, acaba por reduzir a abordagem necessariamente complexa, multifacetada, ética e política das questões ambientais aos seus aspectos biológicos” (Grün, 1996 apud Lima, 1999)

Diante do exposto, percebe-se que a Educação Ambiental nas escolas geralmente é trabalhada de forma fragmentada e/ou descontextualizada.

Morin, em sua teoria da complexidade, aponta para a importância de distinguirmos as diversas dimensões da realidade, sem separá-las. Ao contrário, é importante integrá-las, considerando os efeitos de seu mútuo relacionamento. Com relação à educação para o meio ambiente, isto “significa levar em conta as influências de todos os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos, ecológicos, técnicos e éticos entre outros que intervêm, dinamicamente, em seu campo teórico-prático” (Petraglia, 1995 apud Lima, 1999).

A Educação Ambiental, portanto, não pode fugir do seu caráter interdisciplinar. Diante dos princípios básicos da EA, previstos pela Conferência de Tbilisi, ficou estabelecido que a Educação ambiental deve ter um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, de modo que se adquira uma perspectiva global e equilibrada.

Dentro dessa abordagem interdisciplinar da EA, Guarim (2002) afirma que:

a interdisciplinaridade em Educação Ambiental se revela quando cada profissional faz uma leitura do ambiente de acordo com o domínio de conhecimento específico, contribuindo para a compreensão e auxílio para outras áreas do tema em questão. Procura integrar e promover a interação de pessoas e áreas de conhecimento, produzindo um conhecimento mais amplo e civilizado. As descrições, análises e conclusões do mesmo tema permitem a elaboração de um outro saber que busca um entendimento de uma compreensão do ambiente por inteiro. (p. 40 – 41)

Surge, a partir daí, outra questão para ser discutida: estaria a escola preparada para inserir a Educação Ambiental na sua prática pedagógica? Como as tendências pedagógicas vêm influenciando a prática da Educação Ambiental?

As tendências pedagógicas e a Educação Ambiental

6

Apesar da difusão crescente da Educação Ambiental pelo processo educacional, essa ação educativa reconhecida como Educação Ambiental geralmente se apresenta fragilizada em sua prática pedagógica.

Para Guimarães (2004, p. 123 - 124), “a educação ambiental é uma prática pedagógica que não se realiza sozinha, mas nas relações do ambiente escolar, na interação entre diferentes atores, conduzida por um sujeito: os professores”. Porém, esses docentes foram formados ou estão sendo formados, dentro de uma prática conservadora de educação, conseqüentemente ambiental.

Uma das conseqüências desta prática conservadora está visível nas tendências pedagógicas liberais tradicionais, ainda muito fortes nas escolas. Essas tendências não têm aceitado bem a EA, o que dificulta também a consolidação desta prática multifacetada e interdisciplinar.

Segundo Libâneo (1990), a pedagogia liberal sustenta a idéia de que a escola tem por função preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Isso pressupõe que o indivíduo precisa adaptar-se aos valores e normas vigentes na sociedade de classe, através do desenvolvimento da cultura individual.

As tendências pedagógicas liberais são representadas pelas seguintes tendências: Liberal Tradicional, que utiliza como métodos a exposição e a demonstração verbal dos conteúdos e/ou modelos; Liberal Renovada que defende a idéia de que a escola deve adequar as necessidades individuais ao meio social. Essa tendência está relacionada ao movimento da Escola Nova; Liberal Tecnicista, cujo papel da escola é o de modelar o comportamento humano através de técnicas específicas, pois a aprendizagem é baseada no desempenho. Os métodos utilizados nessa tendência pedagógica são compatíveis com a orientação política, econômica e ideológica do regime militar vigente.

Na história da educação brasileira predominou por muito tempo a pedagogia liberal tradicional. Essa tendência pedagógica, vigente na época em que o sistema de

ensino começava a se organizar e a se padronizar, tinha a forte influência dos interesses da classe dominante e ainda hoje permeia a nossa educação.

Por outro lado, as tendências pedagógicas progressistas vêm atualmente ganhando espaço. Elas procuram garantir um aprendizado significativo, incluindo novas temáticas como experiências sócio-culturais, discussões de temas sociais, construtivismo, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

As Tendências Pedagógicas de cunho progressista são representadas pelas seguintes tendências: Progressista Libertadora, que utiliza métodos centrados na discussão das questões sociais e políticas, buscando a transformação social. Está centrada na defesa da autogestão pedagógica e o antiautoritarismo; Progressista libertária, que parte do pressuposto de que somente o vivido pelo educando é incorporado e utilizado em situações novas, dando ênfase na aprendizagem informal, negando toda forma de repressão, visando o desenvolvimento de indivíduos mais livres; Progressista Crítico-Social dos Conteúdos, que confronta conhecimentos sistematizados com experiências sócio-culturais e a vida concreta.

Alguns autores ainda consideram uma outra tendência pedagógicas denominada pós-LDB 9.394/96, onde se revalorizou as idéias de Piaget, Vygotsky e Wallon. Um dos pontos comuns entre esses psicólogos é justamente o fato de serem interacionistas, pois acreditam que o conhecimento se constrói através da interação entre o indivíduo e o objeto.

É dentro da abordagem das tendências progressistas que a Educação Ambiental ganha maior significado dentro da escola, pois enquanto a função da escola for a de dar continuidade a uma sociedade capitalista, excludente e consumista, dificilmente estaremos distantes das práticas pedagógicas tradicionais que tanto impedem a consolidação da Educação Ambiental.

Conforme Libâneo (2003), as diferentes tendências pedagógicas (liberal e progressista) representam uma contínua transformação filosófica e política que interfere nas relações educativas.

Com o tempo, as novas tendências pedagógicas progressistas foram ganhando espaço, em respostas às tendências liberais. Hoje é possível observar o discurso pela aprendizagem mais significativa, levando à articulação dos saberes, como um dos pressupostos do novo paradigma do conhecimento. A palavra que melhor define esse novo paradigma é a interdisciplinaridade, que também constitui um princípio da educação ambiental.

Nessa perspectiva, vale a pena ressaltar o papel do educador, pois nele também estão impregnados os estilhaços das práticas tradicionais vivenciadas em sua própria formação. Deixar o papel de mero transmissor de conteúdos para transforma-se em mediador do conhecimento, representa um grande desafio para os educadores. O ensino ativo e participativo, que sugere os entraves da pedagogia tradicional é, sem dúvidas, um instrumento precioso para o desenvolvimento da cidadania e da consciência ambiental dentro da escola. Em Educação Ambiental é importante associar a atitude reflexiva com a ação (práxis, como afirma Paulo Freire).

8

Mesmo sem a cultura de tratamento interdisciplinar e a falta de formação, existem muitas experiências de docentes introduzindo a Educação Ambiental e transformando a prática escolar, porém, estão esbarrando na estrutura burocrática das escolas.

No processo de implementação dos trabalhos educativos relacionados com a temática ambiental, é um grande risco concentrar os esforços apenas na ação dos docentes e das instituições escolares. Como bem aponta Carvalho (2001, p. 60), “o Ministério da Educação, as secretarias estaduais e municipais de Educação e as universidades devem ser, sem dúvida alguma, as instituições que garantam a elaboração e a implementação de políticas e o cumprimento das responsabilidades por parte do Estado nessa área”.

Quando a proposta é introduzir inovações educativas nas escolas, tal como sucede com a definição das novas diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais e, em especial, com os temas transversais de relevante interesse social, que visam à atualização e adequação dos currículos às complexas e dinâmicas condições do mundo contemporâneo, a capacitação dos responsáveis pela execução dessas inovações é absolutamente imprescindível.

Para Medina (2001),

“o eixo orientador da formação deve estar centrado em um processo de construção e reconstrução de conhecimentos e valores, no qual, a partir da reflexão crítica dos pressupostos e dos conhecimentos disciplinares que formam parte dos seus conteúdos, da reflexão de sua experiência pedagógica anterior e da análise de seus valores éticos, sociais e ambientais, implícitos e explícitos sejam gerados conflitos, de modo que o aluno sinta a urgência de elaborar novas posturas teórico-práticas, perceba-se motivado a continuar sua autoformação e estimulado para a realização de inovações educativas em função dos novos valores discutidos”. (p. 19)

Para tal, surge a necessidade de uma reconceitualização de toda a educação, que, até então estava moldada nos padrões tradicionais e de interesses capitalistas,

problematizando objetivos, estruturas curriculares e estratégias didáticas. Paralelo a isso, outro problema a ser resolvido, como já foi exposto anteriormente, é o da formação dos educadores. Nas universidades até se faz um discurso pela inter e transversalidade, só que o diálogo interdisciplinar raramente se efetiva. É preciso ampliar a dimensão ambiental, inserindo-a nos currículos das escolas e universidades a partir de projetos construídos coletivamente, envolvendo escola e comunidade.

A inclusão da educação *formativa* apontada por Penteado (2001) representa um passo transformador na orientação dos trabalhos escolares dentro da lógica ambiental, contribuindo para a formação de pessoas capazes de criar espaços de participação nas tomadas de decisão dos problemas socioambientais e, a partir daí, os docentes, com base nos pressupostos teóricos e metodológicos que envolvem a prática da EA, passam a inserir no dia-a-dia da escola esta ação educativa que deverá assumir um posicionamento crítico.

Carvalho (2004), aponta que o projeto político-pedagógico de uma Educação Ambiental crítica seria o de contribuir para a formação de um sujeito ecológico. Ou seja,

[...]um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. (Carvalho 2004, p. 18 -19)

Portanto, de forma contrária à educação tradicional, a Educação Ambiental volta-se para uma ação reflexiva de intervenção em uma realidade complexa. É a necessidade de uma reflexão crítica, já apontada por Paulo Freire na década de 60. Naquela época a questão ambiental não estava tão presente. No entanto, Freire já denominava uma perspectiva conservadora de educação, a “bancária”.

É isto que nos leva, de um lado, à crítica e à recusa ao ensino bancário, de outro, a compreender que, apesar dele, o educando a ele submetido não está fadado a fenececer; em que pese o ensino bancário, que deforma a necessária criatividade do educando e do educador, o educando a ele sujeito pode, não por causa do conteúdo cujo “conhecimento” lhe foi transferido, mas por causa do processo mesmo de aprender, dar, como se diz na linguagem popular, a volta por cima e superar o autoritarismo e o erro epistemológico do “bancarismo” (Freire, 2000, p. 27-28)

A Educação crítica visa combater, então, esse comportamento mecânico, imitativo e dependente produzido por determinadas propostas e práticas pedagógicas que tanto interferem na inserção da Educação Ambiental nas escolas. Neste caso, nos encontramos diante de uma proposta de mudança. Essa mudança implica primeiramente

em modificar a nossa visão de mundo, apontando para uma melhor forma de resolver as questões de sobrevivência do homem. Em segundo lugar, é necessária uma mudança na maneira de realizar o trabalho escolar, passando de *informativo* para *formativo*, como bem aponta Penteado (2003).

No processo de mudança do paradigma educacional faz-se necessário a incorporação da dimensão ambiental na formação dos profissionais da educação, capacitando-os para trabalhar a transdisciplinaridade, numa perspectiva crítica como atitude pedagógica. Para isso, é importante que as políticas educacionais e ambientais estejam atentas à valorização e capacitação dos docentes como facilitadores do processo educativo.

Enfim, buscar uma nova forma de fazer educação representa um grande desafio para a sociedade moderna, mas mudar a maneira de pensar é fundamental para a busca de uma visão mais global e crítica do mundo. É preciso desenvolver a cidadania, as ações participativas que valorizem a cooperação, a participação, a justiça social e ambiental. É importante começar pela escola. É importante começar por cada indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes tendências pedagógicas sejam elas liberais ou progressistas estão presentes nas atuais práticas de ensino, pois historicamente, uma surgiu a partir da outra. No entanto, torna-se extremamente importante refletir sobre essas tendências quando a intenção for introduzir a Educação Ambiental nos sistemas educacionais, pois para que a EA seja implementada nos atuais sistemas de ensino, faz-se necessário o desenvolvimento de novas práticas educativas que, até então, estão moldadas nos padrões tradicionais e de interesses capitalistas.

Para tal, surge à necessidade de uma reconceitualização de toda a educação, problematizando objetivos, estruturas curriculares e estratégias didáticas, pois a prática da EA implica em uma reestruturação dos sistemas educacionais que vêm ao longo de décadas priorizando o saber memorizado, a informação, a repetição, a fragmentação, a competição.

Diante disso, é importante romper com fortes vícios das tendências liberais tradicionais, que não vem compreendendo bem o campo de atuação da EA, dificultando a realização desta prática educativa nas escolas. É importante incorporar novos olhares, sugeridos pelas novas tendências pedagógicas de cunho progressista, que abrem o foco de discussão na escola, promovendo a análise mais crítica da realidade, planejando

ações de mudança social. Nesse sentido, cabe ressaltar a relevância do trabalho interdisciplinar, pois a idéia de interdisciplinaridade critica justamente o modo tradicional de organizar e de produzir conhecimento. Esta traduz o desejo de superar as formas de apreender e de transformar o mundo, marcadas pela fragmentação do conhecimento organizado nas chamadas disciplinas.

Paralelo a tudo isso está a formação dos educadores, pois neles também encontram-se os estilhaços das práticas tradicionais vivenciadas na sua própria formação. Nas universidades até se faz um discurso pela interdisciplinaridade, mas na prática, esse diálogo raramente se efetiva.

É preciso, portanto, ampliar a dimensão ambiental na educação, inserindo-a nos currículos das escolas e universidades, a partir de projetos coletivos, envolvendo escola e comunidade, buscando resignificar todo o processo educativo, envolvendo normas, conteúdos, sua base epistemológica, sua organização, as metodologias envolvidas, promovendo um novo modo de socialização educativa, a socialização ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental Crítica: Nomes e endereçamentos da educação.** In: LAYRARGUES, Phillipe Pomier (coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, Luiz Marcelo de Carvalho. **A educação ambiental e a formação de professores.** In: Panorama de educação Ambiental no ensino fundamental. Brasília: MEC; SEF, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. **A formação de educadores ambientais.** Campinas, SP: Papirus, 2004.

GUARIM, Vera Lúcia M. S. **Barranco Alto: uma experiência em Educação Ambiental.** Cuiabá: INEP, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Gustavo Ferreira Costa. **Questão ambiental e educação: contribuições para o debate. Ambiente e Sociedade.** Campinas, SP: NEPAM/UNICAMP, 1999

MEDINA, Nana Minini. **A formação dos professores em educação ambiental.** In: Panorama de educação Ambiental no ensino fundamental. Brasília: MEC; SEF, 2001.

MOCHCOVITCCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola.** Rio de Janeiro, RJ: Ática, 2001.

PENTEADO, Heloísa D. **Meio Ambiente e formação de professores.** São Paulo: Cortez, 2003.